



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 280/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10794/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV/ Manaquiri.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Fábio Freitas da Silva, Diretor – Presidente da FUNPREV/Manaquiri.

6- Unidade Técnica: DICERP – Relatório de Inspeção nº 27 /2015 (fls.813/848) e Informação nº 90/2016.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 247/2016 - MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fl. 854).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV/ Manaquiri. Exercício 2014.

Irregulares das Contas. Aplicação de Multa. Fixação de Prazo. Remessa à DICREX. Determinações ao FUNPREV/Manaquiri. Comunicação ao Ministério Público Estadual e a Empresa RECORD.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anuais do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Manaquiri, exercício de 2014, sob a responsabilidade do senhor Fábio Freitas da Silva, Diretor, nos termos do inciso II do art. 1º, inciso II do art. 19 e alínea “b” do inciso III do art. 22, da Lei nº 2.423/96.

9.2- Aplicar multa ao senhor Fábio Freitas da Silva, Diretor Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Manaquiri, exercício de 2014, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso II do art. 54 da Lei nº 2.423/96 c/c inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002, em razão das irregularidades nº 2.1, 2.2, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.14 e 2.15, conforme elencadas no Relatório.

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor da multa imposta, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96).



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 280/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Remeter os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

9.5- Determinar ao FUNPREV-Manaquiri que atenda o seguinte, sob pena de aplicação das sanções legais e julgamento futuro pela irregularidade das contas:

9.5.1- Encaminhe, tempestivamente, à Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS), do Ministério da Previdência Social, os documentos exigidos pela Portaria MPS nº 204/2008, conforme art. 5º, XVI, § 6º (irregularidade nº 2.2).

9.5.2- Providencie a regularização contábil necessária ou a apresentação dos extratos bancários da (s) conta (s) de aplicação financeira de janeiro a dezembro/2014, e demonstrativo analítico da contabilidade a fim de comprovar a Variação Patrimonial de R\$ 460.718,73, registrada na DVP (irregularidade nº 2.5).

9.5.3- Promova a correção do Termo de Parcelamento ou a promoção da alteração da Lei Municipal nº 529/2014, que expressamente delimitou o período até março/2014, pois o parcelamento dos débitos de abril e maio/2014 não possuem amparo legal; bem proceda à cobrança imediata dos débitos referentes a abril e maio/2014, à Prefeitura Municipal de Manaquiri, enquanto não houver uma das providências citadas no item “a” da irregularidade nº 2.6 (irregularidade 2.6).

9.5.4- Adote providências tempestivas e eficazes de cobrança junto à Prefeitura, caso venha a ocorrer atrasos no repasse das contribuições previdenciárias por ela devidas (irregularidade nº 2.7).

9.5.5- Tome providências no sentido de regularizar as diversas pendências junto ao CADPREV do Ministério da Previdência Social, de modo que o RPPS funcione de acordo com a legislação pertinente, especialmente Lei 9.717/98 e Portarias nº 204 e 402/2008 (irregularidade nº 2.9).

9.5.6- Atenda fielmente os princípios contábeis da competência e oportunidade, bem como as regras constantes em norma brasileira de contabilidade aplicada ao setor público (irregularidade nº 2.8).

9.5.7- Passe a auxiliar o Prefeito Municipal na elaboração da proposta orçamentária, enviando a estimativa da previsão da receita previdenciária decorrente de contribuição patronal, acompanhada da respectiva memória de cálculo, a fim de que seja incluída no PLOA de cada exercício, devendo o Funprev se resguardar com cópia recebida do envio das informações (irregularidade nº 2.11).

9.5.8- Divulgue informações pormenorizadas e atualizadas sobre a execução orçamentária e financeira do FUNPREV (irregularidade nº 2.12).

9.5.9- Tome providências no sentido de que os históricos dos lançamentos contábeis da entidade estejam de acordo com a boa técnica e as normas contábeis, especialmente NBC T 16.5 – Registro Contábil (itens 4/letra “k”, e “l”, 9, 10, 12, 13/letra “d”, 14 e 25) e ITG 2000 – Escrituração Contábil (itens 6/letra “d”, 11 e 14), de modo a atender as necessidades de informação dos usuários em geral da contabilidade, especialmente aqueles que fazem auditoria contábil (irregularidade nº 2.13).

9.5.10- Adote sistema integrado de administração financeira e controle que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48, parágrafo único, inciso III e art. 48-A da LRF c/c Decreto nº 7.185/2010, art. 2º (irregularidade nº 2.14).

9.5.11- Tome providências no sentido de que os serviços contábeis da entidade sejam realizados por contador admitido via concurso público, evitando a terceirização do serviço prejudicial à boa gestão e que contribui para a prática de irregularidades (irregularidade nº 2.15).



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 280/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.6- Comunicar ao Ministério Público Estadual, a fim de solicitar a adoção de providências com vistas a promover a cobrança ao FUNPREV-Manaquiri, da implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle, inclusive com a lavratura de Termos de Ajustamentos de Conduta, se assim entender necessário, sob pena de suspensão das transferências voluntárias, com arrimo no inciso I do §3º do art. 23, inciso III do art. 48, c/c os artigos 73-A, 73-B, 73-C da Lei Complementar nº 101/200, alterada pela Lei nº 131/2009.

9.7- Comunicar à empresa RECORD – PROCESSAMENTO E CONTABILIDADE LTDA., o descumprimento de princípios contábeis e de normas brasileiras de contabilidade, por ocasião da prestação de serviços contábeis ao FUNPREV, exercício 2014, Processo TCE nº 10.794/2015, recomendando a observância das respectivas normas, sob pena de comunicação do fato ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC-AM) (irregularidades nº 2.9, 2.10, 2.13).

9- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 30 de março de 2016.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

11.1- Auditor-Relator: Alípio Reis Firmo Filho

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral